

Estudo Técnico Preliminar 56/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23163.004146.2023-61

2. Descrição da necessidade

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada e vigilância eletrônica, com fornecimento de material, equipamentos, monitoramento remoto e toda manutenção necessária para execução dos serviços a serem prestados na Reitoria, Câmpus Pelotas e Câmpus Sapiranga do Instituto Federal Sul-rio-grandense, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do referido processo.

Justifica-se a contratação em razão da necessidade de garantir proteção ao patrimônio público e integridade física de servidores, colaboradores e visitantes das unidades da Reitoria, Câmpus Pelotas e Câmpus Sapiranga do IF Sul, assegurando o atendimento pleno e satisfatório da comunidade acadêmica e demais usuários da instituição. A ausência do serviço acarretaria em vulnerabilidade das áreas onde se encontram as dependências da instituição, considerando que boa parte dessas áreas possuem uma extensão territorial ampla, justificando, mais uma vez, a necessidade de vigilância armada e eletrônica, de forma combinada. Trata-se de serviço essencial, visto que sua interrupção pode comprometer o funcionamento e a segurança das unidades do IF Sul.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Manutenção da Reitoria	Rogério Ernst Valente
Departamento de Administração e de Planejamento - Câmpus Sapiranga	Daiane Bender
Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte - Câmpus Pelotas	RICARDO SILVESTRE PENALVA DE FARIAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Reitoria, Câmpus Pelotas e o Câmpus Sapiranga do Instituto Federal Sul-rio-grandense não dispõem, em seu quadro de pessoal, de servidores aptos à realização dos serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial, objetivando a proteção de pessoas e do patrimônio público. Atualmente as unidades possuem contrato de vigilância, no entanto, este encontra-se na iminência de expirar, justificando a necessidade de realização dos trâmites para a nova contratação, dada a essencialidade dos serviços.

4.2. A CONTRATADA deverá, a título educacional, durante a execução do objeto deste Edital, procurar atender os critérios mínimos de sustentabilidade que seguem, sem que haja exaustão de outros que advirem:

- Fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução dos serviços;
- Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local a serem utilizados durante a execução do contrato;

- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais (água e energia), bem como o uso de materiais com características sustentáveis (biodegradáveis, reciclados, atóxicos, de fabricação nacional, etc.);
- d) Geração de empregos preferencialmente com mão de obra local;

e) Uso de inovações/tecnologias que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.3. Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após recebida a autorização da Administração, informando, em tempo hábil, qualquer fato impeditivo ao início da sua execução;

4.4. Será necessário, para a prestação do serviço, que a empresa contratada, além de prestar os serviços de vigilância armada e vigilância eletrônica, esteja de acordo com os seguintes itens:

4.4.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do Contrato;

4.4.2. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Instituição ou terceiros, decorrentes de negligência ou inadequação dos serviços, e, ainda, pelo descuido com chaves, portas, janelas e lâmpadas que decorram em prejuízo a esse patrimônio;

4.4.3. Comunicar o contratante, por escrito, através do seu Preposto, de qualquer dano ou avaria a bens da Instituição, porventura ocasionados por seus empregados e/ou pelo descuido com chaves, portas, e janelas, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados;

4.4.3.1. Efetuar os ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, após comunicação da Instituição e com a devida substituição da nota fiscal de pagamento do faturamento mensal com os valores corrigidos;

4.4.4. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.4.5. Manter preposto, aceito pela Administração, como responsável por orientar a execução dos serviços, manter contato com o fiscal do CONTRATANTE, solicitar às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, receber as reclamações do CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/21;

4.4.6. Fornecer, antecipadamente e até o último dia do mês, auxílio alimentação e vale transporte integral correspondente aos dias trabalhados do mês, ou vale-transporte integral correspondente aos dias trabalhados do mês e qualquer outro benefício necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

4.4.7. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do Contrato;

4.4.8. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

4.4.9. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

4.4.10. Arcar com os custos de qualquer dos itens de uniforme e equipamentos, sem repassá-los para seus empregados;

4.4.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

4.4.12. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

4.4.13. Manter vínculo empregatício formal expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

4.4.14. Fornecer aos seus empregados vale-transporte, outros benefícios e vantagens previstas na legislação e acordo ou convenção, ou ainda dissídio coletivo de trabalho, os salários para cada categoria deverão ter como piso o resultado do acordo ou convenção, ou ainda dissídio coletivo de trabalho, entre o sindicato patronal e de trabalhadores, o vale-alimentação deverá obedecer aos valores acordados no acordo ou convenção, ou ainda dissídio coletivo de trabalho;

4.4.15. Manter seu pessoal identificado, mediante uso de crachá com fotografia recente.

4.4.15.1. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão possuir Identificação Funcional (Crachá) contendo as seguintes informações:

- a) Nome da empresa CONTRATADA e sua logomarca.
- b) Foto do funcionário.
- c) Nome completo do funcionário.
- d) Número da matrícula ou controle funcional da empresa CONTRATADA.
- e) Cargo do funcionário.

4.4.15.2. O crachá deverá ser de PVC e a confecção será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.4.16. Não é permitido e não será considerado como efetivamente a serviço, o empregado sem crachá;

4.4.17. Não é permitido e não será considerado como efetivamente a serviço, o empregado sem uniforme, equipamentos de proteção individual e armamento ou utilizando peças que não constem ou diferirem do modelo aprovado pela CONTRATANTE, bem como os uniformes que se encontrarem em mau estado de conservação.

4.4.18. Assumir todas as responsabilidades civil e penal, tomando as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas;

4.4.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Administração e as de Segurança e Medicina do Trabalho;

4.4.20. Registrar e controlar diariamente, juntamente do Fiscal da Administração, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição imediatamente da mão de obra em caso de férias ou outro motivo qualquer que implique redução do número de contratados pela licitante para a prestação dos serviços;

4.4.21. Fazer seguro para seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;

4.4.22. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

4.4.23. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto do CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;

4.4.24. Relatar à fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços, este relato deve constar no livro de ocorrências/registro;

4.4.25. Apresentar, quando solicitado pela fiscalização do Contrato, relatório mensal que aponte os serviços e o grau de satisfação com os mesmos, sendo que esse relatório deve acompanhar as Notas Fiscais/Faturas;

4.4.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

4.4.27. Contatar, no mínimo, 01 (uma) vez por semana, através de seu preposto, a fim de acompanhar todas as situações que ocorrerem na prestação dos serviços;

4.4.28. Entregar ao CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividades, nas dependências do local da prestação dos serviços, mencionando os respectivos endereços residenciais e de local de trabalho, comunicando qualquer alteração;

4.4.29. Exigir que seus empregados utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

4.5. Prover toda mão de obra necessária para garantir a execução do serviço, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

4.5.1. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pela contratante.

4.5.2. Substituir imediatamente, sempre que exigido pela administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratante ou ao interesse do serviço público, ou ainda entendida como inadequada para prestação de serviços.

4.5.3. Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, mediante esquema de emergência.

4.5.4. Enviar uma planilha, para o Fiscal do Contrato, referente aos funcionários que adquiriram direito a férias, conforme período aquisitivo e seguindo determinação da Lei vigente, informando os funcionários que, naquele mês de referência, passaram a ter o referido direito.

4.5.4.1 Encaminhar cópia do aviso de férias, devidamente assinado pelo funcionário, em até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura, para o Fiscal do Contrato.

4.5.4.2. Nenhum funcionário, da empresa Contratada, poderá desempenhar atividades na Instituição com dois períodos aquisitivos de férias (24 meses) vencidas.

4.6. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quando as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício da atividade CONTRATADA;

4.7. Responsabilizar-se pela conservação e manutenção corretiva e preventiva das máquinas, acessórios e equipamentos de propriedade da CONTRATANTE que forem colocadas à disposição.

4.8. Adotar boas práticas sustentáveis na prestação dos serviços.

4.8.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.8.2. Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem no meio ambiente;

4.8.3. Adotar medidas quanto ao uso racional da água;

4.8.3.1. A CONTRATADA deverá capacitar seu pessoal, quanto ao uso da água;

4.8.3.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, 08/10/03;

4.8.4. Adotar medidas quanto ao uso racional de energia elétrica;

4.8.4.1 A noite, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas ou com necessidade de iluminação.

4.8.4.2. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela CONTRATANTE.

4.8.4.3. Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

4.9. Quando verificar problemas técnicos, a CONTRATADA deverá entregar o “Formulário de Ocorrências para Manutenção” para o responsável pela manutenção da unidade devidamente preenchido e assinado.

4.10. Exemplos de problemas técnicos mais comuns e que devem ser apontados:

- Vazamentos na torneira ou no sifão dos lavatórios e chuveiros;

- Saboneteiras e toalheiros quebrados;

- Lâmpadas queimadas, piscando ou quebradas;

- Tomadas e espelhos soltos;

- Fios desencapados;

- Janelas, fechaduras ou vidros quebrados ou danificados;

- Tapete solto, entre outros.

4.11. Controlar a assiduidade, diariamente, mediante utilização de ponto biométrico. Para a instalação de equipamento de marcação, deverá haver a prévia consulta ao fiscal técnico do contrato. O fiscal técnico terá acesso ao registro de efetividade, mediante solicitação.

4.12. As categorias profissionais que serão empregadas no serviço dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) se enquadram da seguinte forma:

a) Vigilante armado e desarmado – CBO 5173-30;

4.13. Os empregados da CONTRATADA obrigam-se a:

- a) Possuir nível de escolaridade mínima: Ensino Fundamental (completo);
- b) Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;
- c) Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;
- d) Comunicar à Administração todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;
- e) Não preparar ou fazer refeições fora do horário próprio para almoço;
- f) Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- g) Deixar o local de trabalho somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após comunicar a emergência à chefia;
- h) Impedir a utilização do local de trabalho para guarda de objetos estranhos a ele, por parte de servidores alheios ao setor, de empregados ou de terceiros;
- i) Acionar de imediato o corpo de bombeiros, se necessário, e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;
- j) Executar as atividades próprias da função constantes do Termo de Referência e outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;
- k) Demonstrar educação, empatia, respeito, paciência, organização, capacidade de iniciativa, afabilidade e entusiasmo;
- l) Agir com agilidade e bom senso.

4.14. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.15. Cumprir com as obrigações da Contratada e do Contratante, previstas no item no Termo de Referência, desta contratação.

4.16. Emissão, nos moldes definidos pela CONTRATANTE, no que tange às instalações da infraestrutura e equipamentos referente ao serviço de vigilância eletrônica, da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica firmada por Engenheiro responsável e com validação da fiscalização da CONTRATANTE antes do respectivo registro no CREA/RS;

4.16.1 Tal exigência encontra guarida na IN 05/2017, no que disciplina que os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado se baseou em pesquisa sobre os métodos adotados em instituições similares, de modo que a opção pelos serviços continuados de vigilância é a mais difundida, sendo empregada largamente pela Administração Pública, com histórico de contratações conhecidas e explicitadas no Painel de Preços do Governo Federal, de livre acesso à comunidade em geral. A solução encontra-se ainda, destacada nos Cadernos de Logística do Ministério do Planejamento, que detalha os principais aspectos da contratação dos serviços de vigilância patrimonial, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

A Vigilância Eletrônica, com equipamentos fornecidos em comodato pela contratada, instalação, manutenção e serviços de apoio com rondas e pronta resposta, é uma modalidade mais recente de solução de segurança. Essa alternativa traz benefícios como o monitoramento remoto, câmeras com gravação de imagens com possibilidade de monitoramento local e remoto 24h/dia, inclusive finais de semana e feriados, sistema de alarme e consequente redimensionamento dos postos de vigilância tradicionais,

convertendo-se em economia para a Administração, sendo que, para a contratação em tela, entende-se que o uso combinado das duas modalidades de vigilância trazem um ganho na qualidade e eficiência dos serviços prestados.

As pesquisas de preços para o serviço de vigilância orgânica foram baseadas nas diretrizes dispostas na IN 05/2017 e as pesquisas para vigilância eletrônica em pesquisas junto a fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA:

1. Em sua proposta, o licitante deverá cotar, obrigatoriamente, todos os itens do grupo;
2. Os profissionais deverão ser rigorosamente selecionados pela Contratada, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o Contratante e terceiros, pelos atos por eles praticados no desempenho de suas funções;
3. Para a prestação dos serviços no âmbito do IFSul será exigido profissional com no mínimo ensino fundamental completo e formação técnica específica da mão de obra alocada, comprovados através de Certificação de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas e;
4. Carteira Nacional de Vigilante expedida pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, da mão de obra alocada;
5. A jornada de trabalho será de segunda-feira a domingo. O horário das refeições será determinado pelo CONTRATANTE, devendo o vigilante não ausentar-se do local de trabalho;

ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS DOS VIGILANTES: CBO 5173-30

Na prestação dos serviços de vigilância, nos postos fixados pelo Contratante, as atribuições mínimas dos vigilantes são:

1. cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;
2. apresentar-se uniformizado, sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado;
3. manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atenderem chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;
4. deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência;
5. controlar a entrada e saída de veículos, identificando o motorista e anotando em documento próprio o horário, o nome do motorista, as características e a placa do veículo;
6. controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os materiais e bens patrimoniais de propriedade do Contratante só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do patrimônio;
7. permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas pelo Contratante, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, o local de destino e tarefa a executar;
8. acionar a iluminação dos pontos predeterminados pelo Contratante e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;
9. vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
10. colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
11. observar a movimentação de indivíduos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da Contratada, bem como as que entenderem oportunas;
12. comunicar ao Contratante, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio do Contratante;
13. impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do Contratante;
14. impedir a utilização do posto, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
15. executar a(s) ronda(s), conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
16. monitorar os diversos locais do Câmpus pelo monitor instalado na Portaria ou em outro local determinado pelo Contratante;
17. verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados, por ocasião da vistoria dos ambientes;
18. acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;
19. preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno;
20. acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;
21. o vigilante em serviço, quando da entrega do posto, comunicará ao substituto todas as ocorrências que deverão estar registradas no livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves sob sua guarda, sendo que, o vigilante que assumir deverá efetuar a vistoria em todo o ambiente do posto;
22. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características;
23. responder, junto à Contratada, pelos bens patrimoniais do Contratante, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou

desaparecimento;

24. proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações do Câmpus sem que estejam prévia e devidamente autorizados pela Contratante;

25. proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao Contratante, em caso de desobediência;

26. verificar, ao final do expediente da unidade, se todas as janelas e portas estão devidamente fechadas.

A programação dos serviços, quando houver necessidade, será feita pelo Contratante e deverá ser cumprida pela Contratada, com atendimento sempre cortês, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, bens, materiais, servidores e das pessoas em geral.

DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA:

A Vigilância Eletrônica funcionará com a disponibilização dos equipamentos pela empresa contratada. As características dos equipamentos, suas especificações, quantitativos e funcionamento estão descritos no Termo de Referência.

Haverá a presença de dois sistemas complementares, porém, de funcionamento independente, são eles:

1. Sistema de CFTV: No Sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV) deverá ter um Módulo de Armazenamento, com software específico, que comandará o funcionamento de câmeras coloridas internas e/ou externas com gravação de imagens em alta resolução; Para este sistema a empresa deverá disponibilizar os equipamentos, instalá-los e oferecer manutenção e monitorá-los local e remotamente e deverão ser gravadas 24 horas por dia.

2. Sistema de Alarme: O Sistema de Alarmes compreenderá a central de alarme, sensores a ela conectados, sirenes e botões de pânico. Para este sistema a empresa deverá disponibilizar os equipamentos, instalá-los, oferecer manutenção e monitorá-lo remotamente 24 horas ininterruptas, inclusive sábados, domingos e feriados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Grupo 1 - Sapiranga							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIDEC	UNID.	QUANT.	QUANT. POSTO x MÊS (1X60)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vigilância Desarmada: Segunda-feira a domingo; 12h diurnas com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto	01	60	R\$ 12.844,31	R\$ 770.658,60
2	Vigilância Armada: Segunda-feira a domingo; 12h noturnas com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto	01	60	R\$ 14.642,34	R\$ 878.540,40
3	Vigilância Eletrônica 24h ininterruptas, com equipamentos fornecidos em comodato pela contratada, além da instalação e manutenção	23868	mês	60	-	R\$ 9.893,95	R\$ 593.636,78

--	--	--	--	--	--	--	--

Grupo 2 - Reitoria							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIDEC	UNID.	QUANT.	QUANT. POSTO x MÊS (1X60)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Vigilância Armada: Segunda-feira a domingo; 12h diurnas com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto	01	60	R\$ 13.301,92	R\$ 798.115,20
5	Vigilância Armada: Segunda-feira a domingo; 12h noturnas com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto	01	60	R\$ 15.138,88	R\$ 908.332,80

Grupo 3 - Pelotas							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIDEC	UNID.	QUANT. POSTOS	QUANT. POSTOx MÊS (3X60)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Vigilância Armada: Segunda-feira a domingo; 12h diurnas, com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto /mês	03	180	R\$ 39.672,06	R\$ 2.380.323,60
7	Vigilância Armada: Segunda-feira a domingo; 12h noturnas, com 2 vigilantes; Escala 12 x 36	24015	Posto /mês	03	180	R\$ 45.182,94	R\$ 2.710.976,40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.040.583,78

Conforme planilha de custos e pesquisa de mercado pormenorizado no processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O serviço não poderá ser parcelado em cada grupo em função da inviabilidade técnica pois os serviços são complementares e integrados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para o câmpus Sapiranga, já está finalizado o pregão de vigia - PREGÃO 47/2023 UASG 158126, com a formalização de contratação através do Termo de Contrato nº 11/2024, com previsão de início em 16/08/2024. Para as demais unidades não há contratações correlatas/interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Consta no Planejamento e Gerenciamento de Contratações dos Câmpus Sapiranga, Pelotas, cfe informações que seguem:

Câmpus Sapiranga e Reitoria:

- I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000002/2023;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 254 e 256;
- IV) Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158126-90046/2022 e 158126-90046/2022;

Câmpus Pelotas:

- I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000012/2024;;
- II) Data de publicação no PNCP:05/02/2024;
- III) Id do item no PCA: 1;
- IV) Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158467-3/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Aumento do nível de serviço da solução de segurança e otimização dos recursos e visando garantir a segurança das pessoas e da Instituição, de seus bens móveis, imóveis, documentos, evitando a depredação, violação, invasão e apropriação indébita de bens públicos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Fornecimento, aos empregados, dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução dos serviços;
- b) Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local a serem utilizados durante a execução do contrato;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais (água e energia), bem como o uso de materiais com características sustentáveis (biodegradáveis, reciclados, atóxicos, de fabricação nacional, etc.);
- d) Geração de empregos preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações/tecnologias que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho:

DAIANE BENDER

Chefe do SG-DEAP

ROGERIO VALENTE ERNST

Chefe do IF-DEMAR

RICARDO SILVESTRE PENALVA DE FARIAS

Chefe do PL-COPAT